

Análise Crítica do Discurso dos Relatórios Socioambientais de Belo Monte: Um foco sobre o Desmatamento e o Aquecimento Global

WAGNER BELCHIOR DIAS

PPGCC-UFRJ

socioambientalcontabilidade@gmail.com

JOSÉ RICARDO MAIA DE SIQUEIRA

VAD-UFF/PPGCC-UFRJ

josemaia@id.uff.br

Resumo

O presente estudo realiza uma análise crítica do discurso (ACD) dos relatórios socioambientais da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, focando nos temas de desmatamento e aquecimento global. Para tanto, utiliza-se a abordagem de Fairclough (2001) para examinar como os discursos presentes nesses relatórios refletem a ideologia dominante de desenvolvimento, que privilegia ganhos econômicos em detrimento da sustentabilidade ambiental e dos direitos das comunidades locais. A análise textual revelou técnicas discursivas que mascaram a real dimensão dos impactos socioambientais, como a manipulação da escala temporal, dificultando a análise precisa dos investimentos e ações da empresa ao longo do tempo. Na prática discursiva, destaca-se a intertextualidade utilizada para legitimar as práticas da empresa, enquanto a prática social evidencia a perpetuação de uma visão hegemônica de desenvolvimento, marginalizando comunidades indígenas e desconsiderando as consequências ambientais. O estudo sugere que, apesar das iniciativas relatadas pela empresa, a eficácia real na prevenção do desmatamento e mitigação do aquecimento global permanece questionável. A discrepância entre os discursos corporativos e as narrativas de entidades independentes, como o Instituto Socioambiental, expõe a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e transparente na comunicação das práticas socioambientais.

Palavras-chave: análise crítica do discurso, desmatamento, aquecimento global, sustentabilidade, Belo Monte

1 Introdução

A análise crítica do discurso tem sido aplicada para examinar como as empresas comunicam suas práticas de responsabilidade social e ambiental, destacando as representações e discursos presentes em relatórios de sustentabilidade (Bernard, 2020). Essa abordagem crítica busca desvelar as estratégias discursivas utilizadas pelas empresas para construir uma imagem de responsabilidade social, muitas vezes em contextos pós-coloniais (Bernard, 2020).

O interesse crescente na análise crítica do discurso em diversas áreas se conecta aos avanços históricos na conscientização ambiental global. Em 1970, a Conferência das Nações Unidas promoveu, em Estocolmo, um debate que buscou conciliar o desenvolvimento econômico à prudência ecológica e à justiça social, fortalecendo, assim, a consciência pública quanto aos problemas ambientais (Pott & Estrela, 2017). O discurso da sustentabilidade é

Realização

levantado no relatório Limites para o Crescimento de 1972, encomendado pelo Clube de Roma, que modelou as consequências do aumento populacional e levantou questões sobre o crescimento econômico atrelado ao uso excessivo de recursos naturais e à poluição (Bruckmeier, 2020). No contexto brasileiro, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) foi criada em 1973, a qual propunha discutir a questão ambiental junto à opinião pública, sem possuir, no entanto, poder de polícia na defesa do meio ambiente (Pott & Estrela, 2017).

Em 1987, de forma mais crítica, o relatório Brundtland – Our Common Future, cria um ideal de futuro comum para a humanidade baseado nas relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a ideia de solidariedade global no uso dos recursos naturais mais crescimento econômico e a manutenção das funções e serviços dos ecossistemas (Bruckmeier, 2020).

As corporações têm um papel importante na construção desse ideal de futuro, no entanto, os relatórios de sustentabilidade ainda carecem de confiabilidade, credibilidade e falham em conectar mudanças climáticas, gerenciamento ambiental e relatórios financeiros (Atkins et al., 2015; Boiral, 2013; Solomon et al., 2013). Nesse sentido, Boiral (2013), ressalta que os relatórios são elaborados com premissas de buscar maior legitimidade e passar uma visão idealizada dos impactos socioambientais.

Apesar desses relatórios serem comumente utilizado pelas grandes empresas para divulgarem sua atuação frente ao meio ambiente, muito se questiona quanto à validade e efetividade desses documentos na preservação, conservação e na responsabilização dos impactos ambientais (Adler et al., 2018; Atkins & Maroun, 2020; Hassan et al., 2020). Desse modo, estudos demonstram que esses relatórios, por vezes, não passam de um simulacro, cujo objetivo principal é transmitir uma realidade idealizada ou distorcida em busca de legitimidade social (Boiral, 2013; Cho & Patten, 2007; Gray, 2010; Moreira et al., 2016). Outros, por sua vez, enfatizam a falta de transparência desses relatórios e falha, quase inteiramente, em atender a qualquer medida de responsabilidade (Adams, 2004; Bebbington & Larrinaga, 2014; Ejiogu et al., 2021; Gray et al., 2014; Sucena & Marinho, 2019).

Esse é um aspecto preocupante, já que as empresas ao desempenhar suas atividades econômicas produzem uma série de externalidades negativas e Belo Monte, operada pela Norte Energia, não é exceção. Estudos destacaram os impactos significativos da Usina de Belo Monte nos territórios indígenas e na biodiversidade, com análises mostrando intensificação do desmatamento em terras indígenas diretamente afetadas pela hidrelétrica (Turíbio et al., 2022). A grandiosidade do projeto foi justaposta a preocupações de sustentabilidade, particularmente no que diz respeito aos direitos humanos e às implicações ambientais, levando a avaliações críticas da sua sustentabilidade global (Kramer et al., 2022).

Entre outros, há impactos devidos à perda de floresta, o que agrava o problema das emissões de gases de efeito estufa, que incluem “o dióxido de carbono oriundo da decomposição das árvores mortas pela inundação e a emissão de óxido nitroso e especialmente de metano da água nos reservatórios e da água que passa através das turbinas e vertedouros” (Fearnside, 2014). Apesar de todos esses impactos, a energia gerada pelas hidrelétricas é constantemente dita por autoridades e empresas como uma “energia limpa” (Fearnside, 2017).

O aquecimento global é um dos principais problemas da contemporaneidade e vem sendo discutido pela comunidade científica desde o início do século XIX. No início do século XX o químico suíço Arrhenius demonstrou preocupação com a ação antrópica sobre o nível de

Realização

gases do efeito estufa. Essa preocupação faz sentido, já que desde o fim do século XX ocorreram os dez anos com as temperaturas mais elevadas já registradas no planeta. Esse aquecimento tem múltiplos efeitos que incluem: elevação dos níveis dos mares, eventos climáticos extremos, alteração na fauna e flora, incêndios florestais mais longos e fome, entre outros reveses. Se o ritmo for mantido, ao final do século XXI o aquecimento poderá chegar na casa dos 5°C (Schroeder, 2020).

Pelo exposto anteriormente, tem-se como objetivo geral do presente estudo: analisar criticamente o discurso apresentado nos relatórios socioambientais da empresa responsável pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, para revelar como as práticas discursivas refletem a ideologia dominante de desenvolvimento calcada em uma racionalidade que privilegia a busca de ganhos econômicos crescentes e ininterruptos, em detrimento da procura de um equilíbrio climático que impeça o colapso ambiental.

2 Referencial Teórico

Desde a Revolução Industrial, considerada frequentemente como base para a temperatura média da Terra em seu período pré-industrial, o planeta está em franco aquecimento e cada vez mais próximo de níveis perigosos. Segundo Marques (2018) um aquecimento superior a 3°C é considerado catastrófico, superando uma série de limites que engloba o fim das monções da África ocidental, o colapso das geleiras da Antártida ocidental e a morte de diversas florestas, inclusive a amazônica, entre outras consequências nefastas. Um aumento que supere os 5°C é considerado como catastrófico, com cenários desconhecidos, representando uma realidade não vivenciada nos últimos 20 milhões de anos que trará uma ameaça existencial para a maioria dos habitantes do planeta.

A queima de combustíveis fósseis tem um papel central nesse processo e o setor de energia é grande responsável pela emissão de gases de efeito estufa. Mesmo as fontes de energia limpa não são isentas de problemas. Em um estudo que buscou medir a redução na emissão de gases do efeito estufa (GEE) foi observado que o Brasil teve seu desempenho comprometido em função da redução da área de floresta, e afirmaram que “caso um país queira melhorar seu desempenho (...) é necessário que o país direcione seus esforços para o florestamento ou reflorestamento” (Salgado Junior et al., 2017, p. 329).

Redução da área de floresta é uma característica intimamente associada à produção de energia hidrelétrica e com grande impacto no aquecimento global. Marques (2018) destaca que as barragens gigantes emitem grande quantidade de metano e traz informações que a hidrelétrica de Tucuruí sozinha liberou, em um único ano, mais gases do efeito estufa que a cidade de São Paulo. Por fim, declara que as emissões de Belo Monte serão ainda maiores.

O desmatamento é frequentemente acelerado por obras de infraestrutura de grande porte, seja pela abertura de novos acessos, seja pelo incentivo ao crescimento populacional e econômico nas áreas adjacentes, que muitas vezes carecem de governança ambiental efetiva (Alencar et al., 2004; Fearnside, 2006). A perda de floresta não só resulta em emissões diretas de GEE devido à queima e decomposição de biomassa, mas também afeta negativamente a capacidade de sequestro de carbono da região, prejudicando o equilíbrio climático global (Malhi et al., 2008).

Realização

A preocupação atualmente se centra na produção de metano associada à operação das barragens gigantes. Além das emissões no lago da barragem há uma preocupação ainda maior com as águas que passam pelas turbinas, já que a vazão da água em uma represa não ocorre pela superfície do lago, mas sim, pelo fundo com águas ricas em metano. Esse fenômeno é tão pronunciado que leva Marques (2018, p. 488) a afirmar que as “estimativas fornecidas pelo governo brasileiro aos órgãos internacionais sobre as emissões nacionais de GEE são falsas porque não contabilizam o metano liberado pelas hidrelétricas”.

Dada a relevância do problema para o equilíbrio ambiental do planeta, a emissão de gases de efeito estufa têm sido um tema recorrente nos relatórios corporativos de sustentabilidade, tendo um destaque considerável no conjunto de indicadores propostos pela Global Reporting Initiative. A emissão de GEE está presente em cinco dos sete indicadores propostos pela norma temática GRI 305 – Emissões 2016.

O primeiro indicador é o GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeito estufa que requer que as empresas relatoras informem o total de emissões diretas de GEE em toneladas de CO₂ equivalente, inserindo, entre outras informações, os fatores de emissão, o índice de potencial de aquecimento global e a abordagem de consolidação adotada. (GRI, 2023)

Outro é o indicador 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia, que pede para a empresa relatar o total de emissões indiretas advindas da compra de energia em toneladas de CO₂ equivalente calculadas com base na localização; os gases incluídos no cálculo, se disponível e as normas e metodologias adotadas nos cálculos, entre outras informações significativas. (GRI, 2023)

O indicador GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa solicita que seja informado o total de outras emissões indiretas de GEE em toneladas de CO₂ equivalente; os gases incluídos no cálculo, se disponível e a fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global que foram utilizados, entre outros dados relevantes. (GRI, 2023)

A seguir tem-se o indicador GRI 305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa, que pede as seguintes informações: o índice de intensidade de emissões, o denominador escolhido para calcular o índice, os tipos de emissões inseridos e os gases considerados no cálculo. (GRI, 2023)

Por fim tem-se o GRI 305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa que requisita as seguintes informações corporativas: diminuição de emissões de GEE como resultado de iniciativas de redução, em toneladas de CO₂ equivalente; os gases incluídos no cálculo; o ano-base com a justificativa para a sua seleção e as normas e metodologias utilizadas, entre outras. (GRI, 2023)

Apesar da gravidade representada pelo aquecimento global, as organizações corporativas têm sido parcimoniosas na publicação de indicadores relativos aos gases do efeito estufa, o que pode ser melhorado pela inserção das informações sugeridas pela GRI.

3 Metodologia

Na ACD o conjunto de textos que serão analisados compõem o corpus. Para Fairclough (2001), a perspectiva do pesquisador é essencial para a seleção dos dados, na construção de um corpus de amostras de discurso bem como na decisão de coletar dados suplementares. O

Realização

primeiro passo é saber o que é útil e “ter-se um modelo mental da ordem do discurso da instituição” e “os processos de mudança que estão em andamento”, como uma preliminar para a construção do corpus. (FAIRCLOUGH, 2001; p. 278).

Foi definido como corpus da presente pesquisa, os relatórios da administração e sustentabilidade da empresa Norte Energia S.A., responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O recorte temporal do presente estudo foi o ano seguinte ao início da operação comercial que ocorreu em 2016. Portanto, foram analisados os relatórios de sustentabilidade referente aos exercícios de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

A primeira etapa de análise consistiu na leitura dos relatórios com o objetivo de buscar palavras e expressões que se referem a possíveis atores sociais ou fenômenos relacionados a intervenção no meio ambiente. Essas palavras foram utilizadas para a codificação dos parágrafos aos quais pertenciam, nos quais foram realizadas a leitura inicial visando identificar elementos gramaticais, vocábulos e coesão textual, entre outros componentes textuais significativos. Essa etapa é a Análise Textual conforme o quadro teórico de Fairclough (2001).

Após essa primeira etapa da análise textual, considerada uma análise interna (semântica, gramatical e vocabulário), passa-se para uma análise externa, o texto conectado a outros textos (intertextualidade) e conectados a elementos de eventos sociais, a relações sociais práticas e estruturas sociais (interdiscursividade) (Fairclough, 2003).

De maneira simples, a intertextualidade diz da forma como um texto se refere a outros textos ou discursos (Hardy, 2004). É um conceito chave dentro da ACD e refere-se aos elementos discursivos nas relações de poder e solidariedade (Farrelly, 2019). A sua forma mais evidente é a citação direta, na qual um texto é citado entre aspas ou recuo de texto. Há também a citação indireta, na qual um texto é reportado, porém não se trata de uma cópia literal do original (Salles & Dellagnello, 2019).

Por fim, na análise da prática social, a metodologia proposta por Thompson (2013) foi uma importante aliada para a verificação dos modos de operação de ideologia nos relatórios analisados. Na visão de Thompson (2013), a manifestação da ideologia acontece em cinco dimensões essenciais para a compreensão do antagonismo produzido pela divisão da sociedade em interesses econômicos antagonônicos, são elas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação (Thompson, 2013). Após essa identificação foram analisados como esses discursos ideológicos representam forças hegemônicas e reativas e se implicam, ou não, na manutenção e a contestação do domínio social.

4 Resultados

4.1 Análise Textual

Um dos grandes problemas dos relatórios de sustentabilidade relativos à Usina de Belo Monte é a inconsistência da escala temporal, que dificulta o acompanhamento dos impactos socioambientais, sejam eles positivos ou negativos. Foram observados nos excertos quatro situações recorrentes no discurso apresentado nos relatórios.

1. A primeira situação refere-se a excertos em que há apenas a delimitação inicial do tempo, não sendo possível inferir quando essas ações foram concluídas.
2. A segunda situação diz de excertos que apresentam uma delimitação final, mas não dizem quando foram iniciadas as ações.

Realização

3. A terceira é composta por excertos em que não há delimitação temporal, nem inicial e nem final.

4. E, por fim, passagens do texto em que o tempo é definido, mas não se refere ao atual período do relato.

Em relação à primeira situação é possível observar uma abordagem acumulativa, pois são passagens que se referem a investimentos ou ações com uma referência temporal que parte de um determinado ponto no tempo anterior ao ano base do relatório. Essas passagens não permitem realizar uma análise precisa quanto ao desenvolvimento dos investimentos ao longo do tempo e, muito menos, aferir quanto foi investido ou realizado no ano base a que se refere o relatório.

Foi possível observar que essa abordagem acumulativa aparece, principalmente, por meio da utilização da preposição “desde” e pode ser encontrada nos cinco relatórios analisados.

O início das obras de Belo Monte é um momento essencial e de interesse tanto por parte da empresa quanto das demais partes envolvidas, já que foi o momento em que os impactos sociais e ambientais se materializaram, resultante da movimentação de máquinas, pessoas, terras e capitais associados à obra. Momento esse, também marcado por protestos e reivindicações por garantia de direitos e contra a ocorrência da obra, principalmente por parte de ONGs e populações indígenas.

O excerto a seguir apresenta um exemplo dessa abordagem cumulativa: “Desde o início da obra da UHE Belo Monte, a Norte Energia já investiu cerca de R\$ 115 milhões em segurança” (Norte Energia, 2017; p.21). É possível observar que essa sentença cria uma noção de vagueza, um fenômeno semântico associado a expressões que fazem referências a uma maneira aproximada, que se apresenta de maneira incerta ou imprecisa, deixando o contexto acrescentar as informações não especificadas (Cançado, 2012). Observe que ao não especificar o ano de início das obras, a sentença exige do usuário da informação o conhecimento do contexto de quando as obras se iniciaram. Essa abordagem acumulativa não informa o valor investido no corrente ano, nem como os investimentos se comportaram ao longo dos anos, ou seja, se há uma tendência de queda, de crescimento ou de estabilidade.

O uso da preposição aparece novamente quando se aborda as ações em relação a água. Neste ponto é dito que: “Desde o início das obras, foram coletadas 57.628 amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos (...)” (Norte Energia, 2017; p.26). Apesar da importância deste elemento, não há maiores detalhamentos, fazendo com que as informações se tornem vagas, o que, segundo Houaiss (2009), é uma característica indesejável em um texto informativo que deve atender aos requisitos e necessidades de todas as partes interessadas.

Esse mesmo padrão de apresentação de ações da empresa se repete nos relatórios dos anos seguintes. Por exemplo, o excerto a seguir se repete nos relatórios de 2017, 2018, 2019 e 2020. Nele é tratada a questão de saneamento básico em um dos municípios diretamente impactados pela obra: em “Senador José Porfírio, três comunidades deste município receberam obras de saneamento desde o início da construção da UHE Belo Monte” (Norte Energia, 2020; p. 69). Observe mais uma vez que a sentença não demonstra o quanto foi investido em obras de saneamento básico nos anos base a que se referem e nem mesmo o comportamento desses investimentos ao longo dos anos.

Realização

No relatório de 2021, dez anos após, ainda relatam ações que se iniciaram em 2011 e passam a ideia de que permanecem ativas no ano base do relatório sem, no entanto, destacar a variação ano a ano. Essa característica cumulativa das ações implica em informações e análises imprecisas, já que não há como definir a evolução – ou involução – dos números ao longo do tempo.

A segunda situação foi observada quando da utilização da preposição “até”, que do ponto de vista semântico implica em dinamicidade, indicando uma chegada ao limite (físico ou temporal) (Bechara, 2019; Priberam, 2011).

Os excertos em que não há uma delimitação do tempo inicial, dificultam a comparabilidade tanto das ações realizadas no ano corrente do relato quanto de objetivos e metas que foram ou que possam ser estabelecidos. Por exemplo, o excerto seguinte aponta que a Norte Energia investiu “até o fim de 2017, R\$ 2,9 bilhões em ações socioeconômicas nos municípios das áreas de influência direta e indireta do empreendimento” (Norte Energia, 2017; 36). O mesmo tratamento é dado a outros extratos, quando é afirmado que: “Até 2017, a Norte Energia investiu R\$ 4,8 bilhões em ações socioambientais” (Norte Energia, 2017; 48). O padrão se repete nos anos posteriores.

Ademais, a falta de delimitação de um intervalo de tempo pode levar a uma percepção exagerada ou subestimada do progresso feito pela empresa. Por exemplo, a recuperação de 1.607 hectares e a produção de mais de 1,7 milhão de mudas pode parecer, aos usuários das demonstrações, mais impressionantes se for associado a um período mais curto, enquanto a percepção pode mudar se essas ações foram espalhadas ao longo de muitos anos. Essa abordagem na apresentação dos dados pode ser vista como uma falta de transparência total, pois a omissão de datas de início pode implicar em uma tentativa de mascarar a lentidão no progresso ou de exagerar os esforços realizados.

A terceira situação tem como característica a utilização de algum verbo no pretérito perfeito, que se refere a fatos anteriores ao momento em que é falado (Bechara, 2019, p. 366). Ou seja, o uso do verbo no pretérito perfeito sem um delimitador temporal implica em uma incerteza se as ações ocorreram ao longo do ano-base do relatório, em algum momento do passado ou se numa base acumulativa até período de publicação do relatório.

O caso mais drástico de tratamento da escala temporal acontece quando o relatório aborda a vila construída como apoio às famílias impactadas por Belo Monte. No relatório de 2017 é declarado que a “Vila Residencial chegou a abrigar 2.587 famílias” (Norte Energia, 2017, p. 24). É importante notar o verbo chegar no pretérito perfeito, que é um “tempo verbal que se refere a uma ação ou estado tido pelo falante como concluído” (Houaiss, 2009). Em suma, a referida vila, em algum momento abrigou mais de 2.500 famílias. Não se sabe, contudo, quantas pessoas lá se encontravam no ano de 2017 ou se havia de fato alguém, já que não há indicações de que tenha continuidade até o ano-base, ou seja, remete a uma ação do passado que não se sabe quando ocorreu. Dada a precisão do número apontado, e ao sentido de **chegar** como “ir até o ponto de” (Priberam, 2011) se denota que este foi o ápice de ocupação da vila.

Tal ápice de ocupação é reiterado nos relatórios de 2018 e 2019, quando a mesma informação é repetida. Portanto, de fato, o número de famílias abrigadas não ultrapassou o total de 2.587 nos anos subsequentes e não demonstra qual foi a variação desses números nos anos anteriores ao ano base dos relatos.

Realização

O caso da vila residencial traz um complicador a mais para o entendimento do relatório de sustentabilidade. Até o tópico anterior havia a ideia subjacente de que as ações tinham um elo de continuidade até a publicação do relatório, o que deixou de ocorrer pois a construção do texto sobre a vila não deixa isso claro, pois o uso do pretérito perfeito traz a ideia de uma ação que se completa no passado.

Na quarta situação encontrada nos relatórios desaparece a ideia subjacente de continuidade até a data-base do relatório, tornando mais difícil a extração de informações úteis aos usuários dos relatórios de sustentabilidade. Tal situação é percebida no relato onde a Norte Energia destaca que na “sede municipal de Vitória do Xingu, a empresa concluiu a implantação de 29 quilômetros de rede de esgoto, além de 12 quilômetros de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 quilômetros de rede de água.” (Norte Energia, 2017; p.20). Observe que o pretérito perfeito indica uma ação realizada no passado, mas não é possível afirmar quando esta ação ocorreu. Essa indefinição fica ainda mais ressaltada quando se observa que nos relatórios dos anos 2018 e 2019 o mesmo excerto é utilizado (Norte Energia, 2018, p.37). No relatório socioambiental de 2019 da Norte Energia, é mencionado especificamente que, “na sede municipal de Vitória do Xingu, a empresa concluiu a implantação de 29 quilômetros de rede de esgoto, além de 12 quilômetros de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 quilômetros de rede de água”.

No relatório de sustentabilidade do ano de 2020, no entanto, a empresa utiliza o mesmo excerto, mas por fim destaca quando foi concluída a obra. Assim, no relatório de sustentabilidade de 2020 da Norte Energia é detalhado que “na sede municipal de Vitória do Xingu, a empresa concluiu em 2014 a implantação de 29 km de rede de esgoto, além de 12 km de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 km de rede de água” (Norte Energia, 2020; p. 68). Este detalhe, fornecendo o ano de conclusão das obras, demonstra a dificuldade em utilizar os relatórios da Norte Energia para analisar o desempenho socioambiental da empresa.

O que se percebe é que a volatilidade temporal adotada pela empresa em seus relatórios, dificultam a obtenção de informações úteis aos movimentos sociais, uma vez que cria para uma mesma empresa bases diferentes para apresentação dos resultados em diferentes segmentos da atuação socioambiental.

4.2 Análise da Prática Discursiva

O relatório de sustentabilidade de 2017 divulgado pela empresa Norte Energia menciona a palavra desmatamento apenas uma vez, na seção 5.3.4 Área de Preservação Permanente:

“Como medida compensatória para a formação dos reservatórios, ficou estabelecido que o entorno dos trechos inundados deve formar uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP) com largura média de 500 metros. Isso equivale a aproximadamente 26 mil hectares, área expressivamente superior à supressão de vegetação ocorrida para a implantação da Usina. Desde 1970, essa área do entorno dos reservatórios passa pelo processo de desmatamento, entre outros fatores, devido à ocupação por assentamentos rurais, o que resultou na supressão de grandes áreas da floresta nativa da região (Norte Energia, 2017, p.53).

Na passagem é mencionado que o desmatamento é devido à ocupação por assentamentos rurais com uma das causas, mas não explora ou detalha as causas subjacentes, como a expansão da agricultura, a exploração madeireira ilegal, a grilagem de terras, entre

Realização

outros fatores. Isso não fornece uma visão completa das razões por trás do desmatamento na região e não aborda implicações socioeconômicas e culturais do desmatamento na região, muito menos, a relação entre o desmatamento e o projeto da Usina.

A escolha do ano de 1970, usado na passagem em destaque do relatório, é emblemática pois remete a raiz do problema do desmatamento a um período de 21 anos que, segundo Gaspari (2002, p. 129), “podia-se aferir a profundidade da ditadura pela sistemática com que se torturavam seus dissidentes”. Ao remeter a esse período a empresa se descola de um problema, associando-o a um momento, distante no tempo, onde, sabidamente, ocorreu o colapso do regime democrático brasileiro. Esse fato é reconhecido amplamente pela historiografia nacional. Fausto (2002) o coloca como um dos períodos mais assustadores da história brasileira e Fico (2008) destaca o momento como aquele quando a imagem brasileira no mundo ficou desgastada pela prática de tortura, contra segmentos da população, pelos militares. Consegue assim um alibi, já que se resgata a ideia de que não há instrumentos para assegurar o atendimento a direitos fundamentais em um regime ditatorial.

A escolha corporativa do ano é tão precisa que não remete apenas à ditadura militar, mas ao seu momento mais severo. Os anos 1970 abrigaram os anos de chumbo do governo Médici, que foi o mais duro “período da mais duradoura das ditaduras nacionais” (Gaspari, 2002 p. 13).

Contudo, nem só de tortura se viveu nesse período. Foram os anos do milagre econômico, fortemente alimentado pelo endividamento externo e projetos governamentais dos militares com fortes impactos ambientais. A devastação do bioma amazônico já se encontrava presente no texto do Decreto-lei nº 1.179, assinado pelo General Médici em 6 de julho de 1971, que objetivava a criação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), com o intuito de adquirir terras da Região Norte “para posterior venda a pequenos e médios produtores rurais da região, com vistas à melhor e mais racional distribuição de terras cultiváveis” (Brasil, 1971). Segundo Bursztyrn e Persegona (2008), o PROTERRA não deixou um legado social positivo para o Brasil, contribuindo para a devastação da maior floresta brasileira.

Para Gaspari (2002, p. 13) se em seu trabalho sobre a ditadura “há mais do chumbo do que do milagre, isso se deve à convicção do autor de que a tortura e a coerção política dominaram o período”. Este pequeno trecho sintetiza a carga histórica depositada no ano escolhido pela empresa para figurar em seu relatório, funcionando como um alibi institucional para a devastação ocorrida no entorno de Belo Monte.

Se no parágrafo em questão há uma carga negativa associada ao ano selecionado, há também a escolha de uma palavra com um sentido positivo para os movimentos sociais: assentamento. Este termo aparece com destaque, no ano de 1993, na lei nº 8.629, que trata da normatização dos dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária (BRASIL, 1993). Trata-se de ponto central do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que os considera como territórios conquistados pelos trabalhadores, onde são produzidos alimentos saudáveis e acessíveis (MST, 2024).

Percebe-se, dessa maneira, que a Norte Energia busca tanto se afastar da responsabilidade pelos impactos ambientais quanto sinalizar que, quando estes ocorrem, é por uma motivação social justa.

O relatório de sustentabilidade de 2018 da Norte Energia revela uma notável similaridade em relação ao documento do ano anterior, o de 2017, apresentando um texto,

Realização

estrutura e divisão de tópicos praticamente idêntico. Mais uma vez, a palavra "desmatamento" é mencionada apenas uma vez, corroborando a consistência discursiva entre os dois anos analisados.

Uma das grandes preocupações geradas pelo desmatamento é a emissão de gases de efeito estufa. No início do século XXI, Gore (2006) já chamava atenção para o aquecimento global e lembrava essa preocupante associação entre os dois impactos ambientais em que quase 30% das emissões anuais de CO₂ estavam associadas ao desmatamento.

Poucos anos depois, Fearnside et al. (2009) desenvolveram uma modelagem buscando a quantificação da emissão de gases de efeito estufa associada ao desmatamento causado por um grande empreendimento na região amazônica. Os pesquisadores descobriram que, em um cenário "business-as-usual", até o ano de 2050 as emissões alcançariam quase 1 bilhão de toneladas de CO₂-equivalente, o que representaria um aumento de 48% em relação a um cenário de conservação.

A associação de desmatamento e emissão de GEE se reflete na escolha de palavras do relatório, onde o termo desmatamento é substituído pelo eufemismo supressão vegetal que dá título ao subtópico 5.1 do relatório, único segmento onde é informada a brutal derrubada de árvores inerente a empreendimentos relacionados a barragens gigantes, ou seja, aquelas que superam os 150 metros acima das fundações (Marques, 2018). A citação tem uma singeleza aparente, onde é dito que "a Norte Energia suprimiu 22.470,82 hectares de vegetação" (NORTE ENERGIA, 2018). Até a escolha do hiperônimo **vegetação** funciona para atenuar a mensagem desta sentença, trata-se de um vocábulo tão genérico que pode se referir tanto a uma alface quanto a um gigantesco angelim-vermelho.

As passagens dos relatórios de 2018 e 2019 da Norte Energia sobre a destinação da madeira e resíduos da supressão vegetal são notavelmente similares (Norte Energia, 2018, 2019). A leitura atenta das duas passagens revela que elas são praticamente idênticas, sinalizando um processo burocrático de produção discursiva.

A menção ao desmatamento nos relatórios anuais e socioambientais da Norte Energia, quando contrastada com informações de fontes externas como uma notícia publicada pelo Instituto Socioambiental (ISA), destaca uma discrepância significativa entre a autodescrição das práticas ambientais da empresa e os relatos de impacto ambiental e social por partes terceiras. A situação do Povo Arara da Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri, como apresentada pelo ISA, sugere impactos muito mais severos e diretos do desmatamento e da invasão de territórios do que o discurso empresarial pode indicar (Instituto Socioambiental, 2018).

Este descompasso entre os discursos corporativos e as narrativas de entidades independentes expõe um campo tensional, característico da dinâmica entre desenvolvimento industrial e direitos indígenas e ambientais (Hoffmann et al., 2009). A reportagem do ISA articula um contraponto crítico ao discurso corporativo, iluminando as consequências adversas do projeto hidrelétrico sobre as comunidades indígenas e o ecossistema.

Os relatórios não abordam com profundidade a questão do desmatamento. Segundo o ISA, houve um avanço significativo do desmatamento na Terra Indígena Cachoeira Seca, com mais de 100 hectares de aberturas ilegais registradas nos primeiros dois meses de 2019 e um total de 5.466 hectares desmatados em 2018. A gravidade desta situação é reforçada pela afirmação do ISA de que, de 2009 a 2019, 19.474 hectares de floresta foram derrubados na

Realização

região, o que caracteriza a Terra Indígena Cachoeira Seca como a mais desmatada do Brasil (Instituto Socioambiental, 2019).

Essa disparidade entre o discurso empresarial e os dados de desmatamento levantados pelo ISA sinaliza que a Norte Energia poderia expandir suas ações, buscando o fortalecimento das comunidades locais por meio de projetos de desenvolvimento sustentável, que podem desempenhar um papel vital na preservação ambiental e no combate às atividades ilegais.

O Conselho Missionário Indigenista destacou que no estado do Pará a Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca foi a mais desmatada do país. Entre julho de 2019 e agosto de 2020, foram 72,4 quilômetros quadrados de área desmatada nesta terra indígena. A região foi muito afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e as populações indígenas vêm sofrendo com a invasão e ação ilegal de madeireiros (CIMI, 2020). A Terra Indígena Cachoeira Seca é citada no relatório de sustentabilidade de 2020 em dois pontos, ao descreverem as Associações Indígenas por Terra Indígena (Norte Energia, 2020, p. 32) e na seção Componente Indígena (Norte Energia, 2020; p. 75).

A Norte Energia, em seu relatório de 2021, destaca a construção de Unidades de Proteção Territorial (UPTs) e a implementação do Centro de Monitoramento Remoto (CMR) (Norte Energia, 2021). Essas iniciativas são apresentadas sem grande detalhamento, o que faz com que a eficácia real na prevenção do desmatamento nas áreas afetadas pela Usina de Belo Monte permaneça incerta.

Em contraste com esses esforços relatados, os dados alarmantes divulgados pelo Programa de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) em 2020 pintam um quadro diferente. Segundo o Prodes, houve um desmatamento significativo de 5,4 mil hectares em terras indígenas como Cachoeira Seca, Apyterewa, Ituna Itatá e Trincheira Bacajá no Pará, durante apenas dois meses (Instituto Socioambiental, 2020, p. 1).

A própria Norte Energia destaca em seu relatório de sustentabilidade de 2021 que entre as obrigações atribuídas à empresa estavam a construção de 11 Unidades de Proteção Territorial (UPTs) em terras indígenas, entretanto três UPTs ainda não haviam sido construídas. A justificativa é que o conflito fundiário impediu o andamento das ações, mas que junto a Funai havia obtido avanços, porém não relata quais foram esses avanços. Ou seja, uma condicionante que deveria ter sido atendida ainda em 2011, passados 10 anos não foi concluída.

As notícias contradizem a narrativa otimista e proativa da Norte Energia ao destacar um aumento significativo no desmatamento e uma intensificação das pressões sobre as áreas protegidas. “A bacia do Xingu concentrou as quatro Terras Indígenas mais desmatadas na Amazônia” (ISA, 2020). O Instituto Socioambiental com base em dados do Prodes e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ressalta ainda que, no período entre agosto de 2019 e julho de 2020, a APA Triunfo do Xingu liderou o ranking das UCs mais desmatadas no Brasil pelo 12º ano consecutivo, conforme apontado em duas de suas reportagens sobre desmatamento, que também ressalta a falta de um plano de manejo adequado e a ausência de áreas prioritárias para a conservação dentro dessa Unidade de Conservação que agravam ainda mais a situação. “A Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, no Pará, concentrou três quartos de todo o desmatamento, com 9,5 mil hectares de floresta destruídos no período” (ISA, 2020).”

Realização

Por fim, a adoção dos indicadores da Global Reporting Initiative pelas empresas vêm sendo uma prática corporativa recorrente de longa data (Ferreira, Siqueira & Gomes, 2012) e a Norte Energia destacou, ao longo de várias páginas de seus relatórios, seu uso. Todavia, apesar da relevância desses indicadores – que cobrem inclusive as emissões de GEE – e da emergência crescente de ações por parte da sociedade, a Norte Energia fez uma apresentação precária das informações sugeridas pelas normas da GRI.

Esses fatos, mais uma vez, contradizem a narrativa otimista apresentada no relatório da Norte Energia, que não fornece uma avaliação adequada das questões relacionadas ao desmatamento.

4.3 Análise da Prática Social

O desmatamento, como fenômeno global intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento econômico, constitui uma das ameaças mais significativas ao meio ambiente e às comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência (Fearnside, 2022). Neste contexto, a perspectiva de Alberto Guerreiro Ramos proporciona uma lente analítica valiosa para entender as dinâmicas subjacentes ao desmatamento, especialmente no contexto específico da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Ramos (1989), ao diferenciar as racionalidades substantiva e instrumental, fornece uma estrutura conceitual útil para abordar o desmatamento como expressão da racionalidade instrumental. No caso específico de Belo Monte, a busca por progresso e desenvolvimento econômico ignora o valor intrínseco das florestas e os modos de vida tradicionais dos povos indígenas. A racionalidade instrumental, orientada para ganhos econômicos imediatos, frequentemente desconsidera as implicações sociais e ambientais a longo prazo, resultando em impactos adversos significativos para as comunidades indígenas.

Ao analisar o desmatamento no contexto de Belo Monte à luz das ideias de Ramos (1989), surge a necessidade premente de repensar o modelo de desenvolvimento predominante. O respeito à racionalidade substantiva, que valoriza a integridade ecológica e a diversidade cultural, é essencial para forjar caminhos sustentáveis.

O observatório De Olho nos Ruralistas revela uma realidade alarmante e complexa envolvendo a sobreposição de fazendas em terras indígenas no Brasil, com implicações sérias para os direitos territoriais dos povos indígenas, a preservação ambiental e a estabilidade social. Os dados obtidos a partir do cruzamento de bases de dados fundiários do Incra lançam luz sobre uma situação que exige atenção imediata e ação efetiva, mostrando como as hegemonias econômicas influenciam diretamente as decisões sobre o uso da terra e o desmatamento (Castilho et al., 2023).

O envolvimento de bancos e fundos de investimento, como Itaú (Kinea), Bradesco, XP, Gávea Investimentos, IFC e Mubadala, como elemento de pressão econômica envolvendo terras indígenas destaca a dimensão financeira no problema. Essas instituições exercem influência significativa, contribuindo para a perpetuação das sobreposições e, conseqüentemente, para conflitos territoriais e, lamentavelmente, assassinatos de líderes indígenas (Castilho et al., 2023).

E ainda resta uma questão, quão limpa é a energia hidrelétrica? Essa pergunta é significativa, já que uma importante contribuição para o aquecimento global é o desmatamento. Atualmente esse processo de desmatamento atinge com grande intensidade as florestas

Realização

tropicais, dentre elas a amazônica, levando a um patamar de derrubada de 35 campos de futebol por minuto no período de 2000 a 2009 (Nelles & Serrer, 2020)

Os relatórios da Norte Energia não ofereceram aprofundamento sobre a limpeza da área a ser submersa, embora essa preocupação já apareça desde os anos 1980. Mello (1986) demonstrou preocupação com a questão da biomassa na área a ser alagada, ao falar da queima da floresta, chamava atenção para o risco de eutrofização em função dos nutrientes das cinzas, para a possibilidade do incêndio das matas ciliares e para o risco de ocorrência de uma queima descontrolada. Ao abordar a submersão da mata destacava o risco da produção de gases nocivos em função da decomposição da matéria orgânica existente sob as águas da represa. Para minorar esse problema sugeria a derrubada total ou parcial das árvores, embora destacasse o alto custo envolvido na operação, além de não sanar totalmente o problema da produção de gases em função do apodrecimento da biomassa, no caso de uma derrubada parcial.

Só recentemente a importância do metano para o aquecimento global tem recebido o devido reconhecimento. Nos últimos 200 anos as concentrações desse gás na atmosfera quase triplicaram, o que faz com que sua contribuição para o desequilíbrio climático seja avaliada entre 20% e 30% do aquecimento total (Marques, 2023).

Belo Monte representa um elemento de grande desequilíbrio para a região, arrastando para suas imediações um contingente de indivíduos de grandes proporções, onde as benesses não parecem se estender para o grosso da população. Belo Monte torna-se assim um caso exemplar “por se tratar de uma batalha crucial, vencida enfim pelas corporações, já que de sua construção dependia o triunfo desse novo negócio das grandes represas” (Marques, 2018, p. 491). Para Malheiro (2023, p. 10) “não se estruturam (...) usinas hidrelétricas, estradas, hidrovias e ferrovias sem mudanças traumáticas nos espaços nos quais essas dinâmicas se instalam e sem a flexibilização e/ou o desrespeito às leis que assegurem qualquer direito aos territórios por elas afetados.

A chegada de grande contingente populacional causa mais desmatamento. De 60% a 80% das áreas desmatadas na Amazônia se tornaram pastos, isto é motivo de preocupação já que, após o ano de 2012, quando se registraram as menores taxas de desmatamento, o ritmo de derrubada de árvores voltou a crescer. Este processo acaba se tornando um agente que intensifica o problema do aquecimento global, já que o solo da floresta é rico em microrganismos e a mudança de uso do solo para pastagem não só aumenta o número daqueles que produzem metano, como também afeta aqueles que o consomem. Além disso, o uso da calagem como técnica para aumento da produtividade pode transformar o solo de sumidouro para produtor de metano (Muniz, 2022).

É nesse contexto que Loureiro, Santana e Mendes (2023, p. 9) afirmam que não “é possível que o próprio modelo que provoca os impactos ambientais e toda a destruição que vivemos hoje seja o protagonista e promotor das soluções e saídas para eles. Pelo contrário, as saídas apontadas geram mais contradições e desigualdades”.

A análise revela que, apesar das declarações nos relatórios de sustentabilidade, a Norte Energia perpetua uma visão hegemônica de desenvolvimento que marginaliza as comunidades indígenas e pouco considera os impactos ambientais. Além disso, a construção de Belo Monte exemplifica as tensões entre racionalidade instrumental e substantiva, destacando a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Realização

5 Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar criticamente o discurso apresentado nos relatórios socioambientais da Norte Energia, empresa responsável pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A análise buscou revelar como as práticas discursivas refletiram a ideologia e hegemonia dominante. Desse modo, foi adotado como modelo de análise a abordagem de Fairclough (2001), o qual compreende o evento discursivo simultaneamente como um texto, uma prática discursiva e uma prática social. A análise, portanto, foi dividida com base nessas dimensões, nas quais a análise da prática discursiva e da prática social teve como foco o desmatamento e sua influência no aquecimento global.

A análise textual revelou técnicas discursivas usadas pela Norte Energia para moldar a percepção pública, calcada na volatilidade da dimensão temporal que cria enormes dificuldades para os usuários analisarem o impacto que a empresa traz à sociedade, notadamente com relação à emissão de GEE, onde se encontra quase um completo silêncio no corpo do texto do relatório nos primeiros anos, só surgindo um maior volume de informações quando da inclusão de indicadores da GRI, mesmo que de forma parcial. Essas estratégias indicam uma tentativa de controlar o discurso sobre os impactos ambientais e sociais, perpetuando uma imagem de responsabilidade e sustentabilidade que não corresponde à realidade observada.

Na análise da prática discursiva, foi evidenciado por meio da intertextualidade como o discurso dos relatórios de sustentabilidade são construídos para legitimar as práticas da empresa.

A análise da prática social conectou as práticas discursivas às estruturas sociais e relações de poder, revelando que as políticas públicas e práticas empresariais frequentemente refletem e perpetuam a ideologia dominante de desenvolvimento, que valoriza a racionalidade instrumental e o crescimento econômico em detrimento das necessidades e direitos das comunidades locais e a busca por um equilíbrio ecológico. Conforme Fairclough (2001) argumenta, o discurso não é apenas um reflexo da realidade, mas uma prática que ajuda a construir e manter relações de poder e dominação.

Pesquisas futuras poderiam expandir esta análise incorporando métodos de coleta de dados primários, como entrevistas aprofundadas e estudos de campo nas comunidades indígenas afetadas. Além disso, estudos comparativos entre diferentes projetos de infraestrutura em diversas regiões poderiam fornecer uma visão mais ampla das práticas empresariais, seus impactos socioambientais e suas práticas de relato.

Com o avanço das pesquisas nesta área poderá se desvelar a informação que os relatórios escondem: “a energia hidrelétrica baseada em grandes represamentos não é nem renovável nem de baixo carbono” (Marques, 2023).

6 Referências

- Adams, C. A. (2004). The ethical, social and environmental reporting-performance portrayal gap. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 17(5), 731–757. <https://doi.org/10.1108/09513570410567791>
- Adler, R., Mansi, M., & Pandey, R. (2018). Biodiversity and threatened species reporting by the top Fortune Global companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(3), 787–825. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2016-2490>

Realização

- Alencar, A. M. P. G., Alencar, A., Alencar, A., Nepstad, D., Nepstad, D. C., Nepstad, D. C., McGrath, D. J., McGrath, D., McGrath, D. G., Moutinho, P., Moutinho, P., Pacheco, P., Pacheco, P., del Carmen Vera Diaz, M., del Carmen Vera Diaz, M., Filho, B. S., & Filho, B. S. (2004). Desmatamento na Amazônia: indo além da “emergência crônica”. *null*. <https://doi.org/null>
- Atkins, J., Atkins, B. C., Thomson, I., & Maroun, W. (2015). “Good” news from nowhere: Imagining utopian sustainable accounting. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 28(5), 651–670. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-09-2013-1485>
- Atkins, J., & Maroun, W. (2020). The Naturalist’s Journals of Gilbert White: exploring the roots of accounting for biodiversity and extinction accounting. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 33(8), 1835–1870. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2016-2450>
- Bebbington, J., & Larrinaga, C. (2014). Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 395–413. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.003>
- Bechara, E. (2019). *Moderna Gramática Portuguesa* (Nova Fronteira, Org.). Nova Fronteira.
- Bernard, T. (2020). Corporate social responsibility in postcolonial contexts: a critical analysis of the representational features of South African corporate social responsibility reports. *Critical Discourse Studies*, 0(0), 1–18. <https://doi.org/10.1080/17405904.2020.1798797>
- Boiral, O. (2013). Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A+ GRI reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 26(7), 1036–1071. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2012-00998>
- Brasil. (1971). *Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1179.htm
- Bruckmeier, K. (2020). *Economics and Sustainability: Social Ecological Perspectives* (Springer Nature Switzerland, Org.; e-book).
- Castilho, A. L., Fialho, B., Bassi, B. S., Carlini, E. L. D. G., Souza, H., Moraes, K., Prado, L. R., Pittelkow, N., & Bellentani, N. F. (2023). Os Invasores: Quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas. Em *De olho nos ruralistas - Observatório do Agronegócio no Brasil*.
- Cho, C. H., & Patten, D. M. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7–8), 639–647. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>
- CIMI. (2020). *Desalojados no próprio território: a Barragem Norte e o deslocamento forçado do povo Xokleng*. <https://cimi.org.br/2020/10/desalojados-proprio-territorio-barragem-norte-deslocamento-forcado-povo-xokleng/>
- Ejiogu, A., Ambituuni, A., & Ejiogu, C. (2021). Accounting for accounting’s role in the neoliberalization processes of social housing in England: A Bourdieusian perspective. *Critical Perspectives on Accounting*, 80, 102053. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2018.07.002>
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social* (Universidade de Brasília, Org.). Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual analysis for social research* (Routledge, Org.). Routledge.
- Fausto, B. (2002). *História Concisa do Brasil* (I. O. do E. Ed. da Universidade de São Paulo, Org.). Ed. da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.

Realização

- Fearnside, P. M. et al. (2009). Modelagem de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa na região sob influência da Rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319). *Revista Brasileira de Meteorologia*, 24(2), 208–233.
- Fearnside, P. M. (2006). Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's Hydroelectric Development of the Xingu River Basin. *Environmental Management*. <https://doi.org/10.1007/s00267-005-0113-6>
- Fearnside, P. M. (2014). Impacts of Brazil's Madeira River Dams: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. *Environmental Science & Policy*. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2013.11.004>
- Fearnside, P. M. (2017). Brazil's Belo Monte Dam: Lessons of an Amazonian resource struggle. *Erde*, 148(2–3), 167–184. <https://doi.org/10.12854/erde-148-46>
- Fearnside, P. M. (2022). Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. Em Fearnside, Philip Martin. (ed.) *Destruição e Conservação da Floresta Amazônica*. Editora do INPA, Manaus, Amazonas. 356 p. (p. 356).
- Ferreira, A. C. S., Siqueira, J. R. M., & Gomes, M. Z. (2012). *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. Atlas.
- Fico, C. (2008). *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Civilização Brasileira.
- Gaspari, E. (2002). *A ditadura envergonhada*. Companhia das Letras.
- Gore, Al. (2006). *Uma verdade inconveniente: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global*. Manole.
- Gray, R. (2010). Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability...and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. *Accounting Organizations and Society*. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.04.006>
- Gray, R., Brennan, A., & Malpas, J. (2014). New accounts: Towards a reframing of social accounting. *Accounting Forum*. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2013.10.005>
- GRI. (2023). *GRI Standards – Normas GRI consolidadas*.
- Hardy, C. (2004). Scaling up and bearing down in discourse analysis: Questions regarding textual agencies and their context. *Organization*, 11(3), 415–425. <https://doi.org/10.1177/1350508404042000>
- Hassan, A. M., Roberts, L., & Atkins, J. (2020). Exploring factors relating to extinction disclosures: What motivates companies to report on biodiversity and species protection? *Business Strategy and the Environment*, 29(3), 1419–1436. <https://doi.org/10.1002/bse.2442>
- Hoffmann, W. A., Hoffmann, W. A., Adasme, R., Adasme, R., Haridasan, M., Haridasan, M., de Carvalho, M. T., de Carvalho, M. T., Geiger, E. L., Geiger, E. L., Pereira, M. A. B., Pereira, M. A. B., Gotsch, S. G., Gotsch, S. G., Gotsch, S. G., Franco, A. C., & Franco, A. C. (2009). Tree topkill, not mortality, governs the dynamics of savanna–forest boundaries under frequent fire in central Brazil. *Ecology*. <https://doi.org/10.1890/08-0741.1>
- Houaiss, A. (2009). *Houaiss Eletrônico* (Versão 3.0). Objetiva.
- Instituto Socioambiental. (2020). *Desmatamento avança sobre Terras Indígenas impactadas por Belo*. ISA. <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-avanca-sobre-terras-indigenas-impactadas-por-belo-monte>
- Instituto Socioambiental. (2018). *Povo Arara luta para proteger seu território*.

Realização

- Instituto Socioambiental. (2019). *Babaçu com cacau : a mistura que pode mudar a merenda no Pará*.
- Kramer, G., Santiago, M. R., da Rosa, C. N., Hillebrand, F. L., Dezordi, R., Conceição, L. R. V., & Osto, J. D. (2022). Usina hidrelétrica de Belo Monte: empreendimento grandioso e (in) sustentável? *Revista Brasileira de Geografia Física*. <https://doi.org/10.26848/rbgf.v15.2.p1024-1034>
- Loureiro, B., Santana, C., & Mendes, Matheus. (2023). A financeirização da natureza não solucionará as crises ambientais. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 16(196).
- Malheiro, B. (2023). O Brasil que escolheu as commodities e esqueceu a vida. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 16(196), 10–11.
- Malhi, Y., Malhi, Y., Roberts, J. T., Roberts, J. T., Betts, R., Betts, R., Killeen, T. J., Killeen, T. J., Killeen, T. J., Li, W., Li, W., Nobre, C. A., & Nobre, C. A. (2008). Climate Change, Deforestation, and the Fate of the Amazon. *Science*. <https://doi.org/10.1126/science.1146961>
- Marques, L. (2018). *Capitalismo e Colapso Ambiental*. Editora da Unicamp.
- Marques, L. (2023). *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*. Elefante.
- Mello, J. A. B. de. (1986). A construção de barragens e o meio ambiente. *Revista do Serviço Público*, 114(43), 54–57. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2800>
- Moreira, F. do N., Ferreira, A. C. de S., Siqueira, J. R. M. de, & Irigaray, H. A. R. (2016). Sombras e Silêncio: Análise dos Relatórios Socioambientais do Setor Elétrico. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 11(1), 46–69.
- MST. (2024). *Nossa Produção*. <https://mst.org.br/nossa-producao/>.
- Muniz, R. (2022, novembro 18). Manejo adequado de pastagens na Amazônia pode estimular a captura de metano pelo solo. *Agência Fapesp*. <https://agencia.fapesp.br/manejo-adequado-de-pastagens-na-amazonia-pode-estimular-a-captura-de-metano-pelo-solo/40083>
- Nelles, D., & Serrer, Christian. (2020). *Mudança climática: Os fatos como você nunca viu antes*. Sextante.
- Norte Energia. (2017). *Relatório Anual e Socioambiental*. UHE Belo Monte Norte Energia S.A. www.norteenergiasa.com.br
- Norte Energia. (2018). *Relatório Anual e Socioambiental*. UHE Belo Monte Norte Energia S.A. www.norteenergiasa.com.br
- Norte Energia. (2019). *Relatório Anual e Socioambiental*. UHE Belo Monte Norte Energia S.A. www.norteenergiasa.com.br
- Norte Energia. (2020). *Relatório Anual*. UHE Belo Monte Norte Energia S.A. www.norteenergiasa.com.br
- Norte Energia. (2021). *Relatório de Sustentabilidade*. UHE Belo Monte Norte Energia S.A. www.norteenergiasa.com.br
- Pott, C. M., & Estrela, C. C. (2017). Histórico ambiental: Desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos Avancados*, 31(89), 271–283. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>
- Priberam. (2011). *Dicionário Priberam da língua portuguesa [e-book]*. Lisboa: , 2011. (Priberam Informática, Org.). Priberam Informática.
- Ramos, A. G. (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Fundação Getúlio Vargas.

Realização

- Salgado Junior, A. P., Pimentel, L. A. dos S., Oliveira, M. M. B. de, & Novi, J. C. (2017). O Impacto nas Variações das Matrizes Energéticas e Uso da Terra: Estudo sobre a Eficiência Ambiental do G20. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 23(2), 306–332. <https://doi.org/10.1590/1413.2311.013.62781>
- Salles, H. K. de, & Dellagnello, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como Alternativa Teórico-Metodológica para os Estudos Organizacionais: Um Exemplo da Análise do Significado Representacional. *Revista Organizações & Sociedade*, 26(90), 414–434. <https://doi.org/10.1590/1984-9260902>
- Schroeder, J. (2020). *O livro da Ecologia*. Globo Livros.
- Solomon, J. F., Solomon, A., Joseph, N. L., & Norton, S. D. (2013). Impression management, myth creation and fabrication in private social and environmental reporting: Insights from Erving Goffman. *Accounting, Organizations and Society*, 38(3), 195–213. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2013.01.001>
- Sucena, E., & Marinho, M. M. de O. (2019). Environmental disclosure analysis of sustainability reports the brazilian and international brewing industry based on Global Reporting Initiative - GRI. *Gestão & Produção*, 26(3), 1–10. <https://doi.org/10.1590/0104-530x3120>
- Thompson, J. B. (2013). *Ideology and modern culture: Critical social theory in the era of mass communication* (Kindle). John Wiley & Sons.
- Turíbio, L. M. D. A., Veloso, G. A., & Lobato, M. M. (2022). Análise do índice de desflorestamento das terras indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, da área diretamente afetada pela UHE Belo Monte entre os anos de 2000 e 2020. *Universidade e Meio Ambiente*. <https://doi.org/10.18542/reumam.v7i2.13938>

Realização